



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Ref. Processo Administrativo PMSG nº 20.815/2022

Concorrência Pública PMSG nº 011/2022

À Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

A/C Comissão Permanente de Licitação,

Ref.: resposta questionamento empresa HASHIMOTO SOLUÇÕES EM ENERGIA

PERGUNTA: *“O projeto básico retificado, permite em seu item XX a participação de empresas em consórcio. A participação de empresa em consórcio tem por natureza a permissão da união entre empresas para um objeto específico, ou seja, determinado. O art. 33, inciso III, trata o seguinte para a apresentação dos documentos de habilitação: ‘II – apresentação de documentos exigidos nos art. 28 a 31 desta lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômica financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individualmente, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;’ Tratando do requisito de qualificação técnica da cláusula 6.4.3, alínea c – “Certidão de regularidade ambiental operacional, emitida por órgão competente (...)”, considerando os termos legais do dispositivo supracitado, devem ser apresentadas por todas as licitantes que fazem parte do consórcio ou apenas da empresa líder.”*

Resposta: O consórcio não apresenta personalidade jurídica constituída no ato da licitação, determinando a lei nº 8.666/93 e a 8.987/1995 a responsabilidade solidária das empresas participantes no ato da licitação. Como a natureza da licitação só permite a formação de consórcios de característica homogênea (vide cláusula 4.1), ou seja, constituídos por empresas do mesmo ramo de atividade econômica, a comprovação de regularidade junto aos órgãos ambientais, no caso, deve se dar de todas as empresas participantes do consórcio.

São Gonçalo, 22 de julho de 2022.


Ricardo Figueiredo da Conceição

Ricardo F. da Conceição
Subsecretário Contratos
e Convênios - SEMDUR
Mat 121 577

Subsecretário de Contratos e Convênios – SEMDUR

Decreto Municipal nº. 010/2021

Matrícula nº. 121.577